

Energisa Transmissão de Energia S/A | Resultados do 3º trimestre de 2020

Cataguases, 12 de novembro de 2020 - A Administração da Energisa Transmissão de Energia S/A (“Energisa Transmissão”, “ETE” ou “Companhia”) apresenta os resultados do terceiro trimestre (3T20) e dos primeiros nove meses de 2020 (9M20). As informações financeiras a seguir, exceto quando indicado o contrário, são apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Informações Financeiras Trimestrais (International Financial Reporting Standards - IFRS).

1. Considerações gerais

A Energisa Transmissão de Energia S/A foi constituída, em 9 de maio de 2017, para atuar na área de serviços públicos de transmissão de energia elétrica do Grupo Energisa. Inicialmente, constituída sob a denominação social de Energisa Goiás Transmissora de Energia S/A, teve a sua denominação social alterada para Energisa Empreendimentos de Energia II S/A em 31 de julho de 2017 e em 18 de julho de 2018 passou a ser denominada Energisa Transmissão de Energia S/A.

Em 16 de novembro de 2018, a ETE realizou aumento do seu capital social no montante de R\$ 32,0 milhões, mediante capitalização pela controladora Energisa S/A de:

- (i) 6.627.693 ações ordinárias (99,99% do capital social) da Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A;
- (ii) 9.305.153 ações ordinárias (99,99% do capital social) da Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A; e
- (iii) 999 ações ordinárias (99,99% do capital social) da Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A.

As atividades do Grupo Energisa também incluem ativos em transmissão de energia, decorrentes das aquisições de dois lotes no Leilão de Transmissão nº 5/2016, realizadas em 24/04/2017, um lote no Leilão de Transmissão nº 002/2018, adquirido em 28/06/2018, e um lote no Leilão de Transmissão nº 004/2018, adquirido em 20/12/2018. Os quatro lotes somados possuem uma Receita Anual Permitida (RAP) de R\$ 194,9 milhões. A linha denominada Energisa Goiás I (EGO I) entrou em operação em 13 de março de 2020 e somou investimentos de R\$ 254,4 milhões. A linha Energisa Pará I (EPA I) entrou em operação em 12 de novembro de 2020, com investimentos de R\$ 318 milhões. Nos demais lotes serão investidos R\$ 1.012,0 milhões. Em 19/10/2020 duas linhas da Energisa Tocantins Transmissora (ETT) obtiveram suas licenças de instalação, e suas obras foram iniciadas.

Devido a decretos Estaduais e municipais no Pará, em resposta à Pandemia do Covid-19, houve interrupções de algumas frentes de trabalho e diversas novas demandas sanitárias relacionadas a medidas de prevenção ao COVID-19 foram adotadas, tais como, inclusão de quarentena para equipes retornando de viagens, e separação dos times em bolhas para conter contaminações. A Energisa traçou um plano de recuperação de cronograma para manter as datas de energização dos empreendimentos nas previsões anteriores às paralisações e mantém o foco nesse objetivo.

O empreendimento da Energisa Tocantins Transmissora não sofreu atraso em obras, pois ainda está em fase de licenciamento ambiental, tendo apenas impacto em algumas atividades de arqueologia. De forma análoga às obras do Pará, foi elaborado um plano de recuperação, que está em curso com foco na manutenção das datas ao cenário pré-Covid.

Segue abaixo quadro resumo dos projetos de transmissão:

Lote	Nome	Data do Leilão	UF	Extensão (Km)	Emissão de Licença Ambiental	Entrada em Operação (Aneel)	Avanço Físico	Antecipação Estimada	Investimentos estimados pela Energisa (R\$ milhões)	RAP proposta (R\$ milhões)
3	Energisa Goiás Transmissora I (EGO I)	Abr/17	GO	136 (CD)	13/09/2018	mar/20	100%	17 meses	254,4	41,0
26	Energisa Pará Transmissora I (EPA I)	Abr/17	PA	296 (CD)	02/10/2018	nov/20	100%	16 meses	318,0	51,9
19	Energisa Pará Transmissora II (EPA II)	Jun/18	PA	139 (CD/CS)	06/05/2019	mar/23	52%	12 meses	384,6	35,8
4	Energisa Tocantins Transmissora (ETT)	Dez/18	BA/TO	772 (CS)	19/10/2020 (2 linhas)	mar/24	12%	14 meses	627,4	66,3
Total		-	-	1.343	-	-	-	-	1.584,4	195,0

Notas: Dados de investimento e receita anual permitida (RAP) atualizados para setembro/2020. Dados de avanço físico atualizados para outubro/2020. CD - Circuito duplo / CS - Circuito Simples. Os dados da EGO I e da EPA I são realizados e não previstos. As antecipações de EPA II e ETT podem sofrer alterações dependendo da duração dos efeitos da pandemia de Covid-19.

No 3T20, as transmissoras da ETE concretizaram investimentos consolidados que totalizaram R\$ 63,4 milhões, contra R\$ 120,8 milhões no mesmo período do ano anterior.

Investimentos Valores em R\$ milhões	Ativos Elétricos			Obrigações Especiais			Ativos Não Elétricos			Investimento Total		
	3T20	3T19	Var. %	3T20	3T19	Var. %	3T20	3T19	Var. %	3T20	3T19	Var. %
EPA I	22,2	53,8	- 58,7	-	-	-	-	-	-	22,2	53,8	- 58,6
EPA II	33,1	21,7	+ 52,4	-	-	-	-	-	-	33,1	21,7	+ 52,4
EGO	1,0	42,6	- 97,7	-	-	-	-	0,1	-	1,0	42,7	- 97,7
ETT	7,1	2,6	+ 172,7	-	-	-	-	-	-	7,1	2,6	+ 172,7
Total	63,4	120,7	- 47,5	-	-	-	-	0,1	- 56,0	63,4	120,8	- 47,5

Investimentos Valores em R\$ milhões	Ativos Elétricos			Obrigações Especiais			Ativos Não Elétricos			Investimento Total		
	9M20	9M19	Var. %	9M20	9M19	Var. %	9M20	9M19	Var. %	9M20	9M19	Var. %
EPA I	55,8	106,6	- 47,7	-	-	-	-	-	-	55,8	106,6	- 47,6
EPA II	108,0	38,3	+ 182,0	-	-	-	-	-	-	108,0	38,3	+ 182,0
EGO	33,8	92,2	- 63,3	-	-	-	-	0,1	-	33,8	92,3	- 63,4
ETT	17,3	3,8	+ 355,1	-	-	-	-	-	-	17,3	3,8	+ 355,1
Total	214,9	240,9	- 10,8	-	-	-	-	0,1	- 56,0	214,9	241,0	- 10,8

2. Resultados econômico-financeiros

No 3T20, a Energisa Transmissão de Energia S/A apresentou receita operacional líquida consolidada de R\$ 121,4 milhões, geração de caixa (EBITDA) de R\$ 48,4 milhões e lucro líquido de R\$ 41,4 milhões.

Resume-se, a seguir, o desempenho econômico-financeiro consolidado da ETE:

Desempenho Econômico-Financeiro						
Resultados - R\$ milhões						
Descrição	3T20	3T19	Var. %	9M20	9M19	Var. %
Receita Operacional Bruta	126,8	238,7	- 46,9	377,7	439,3	- 14,0
Receita Operacional Líquida	121,4	216,7	- 44,0	361,8	398,6	- 9,2
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	48,4	73,6	- 34,2	143,4	134,6	+ 6,6
EBITDA	48,4	73,6	- 34,2	143,5	134,6	+ 6,6
Resultado financeiro	(2,2)	(4,2)	- 47,9	(11,2)	(7,1)	+ 58,2
Contribuição social e imposto de renda	(4,9)	(25,0)	- 80,6	(15,6)	(45,8)	- 65,9
Lucro Líquido	41,4	44,3	- 6,7	116,7	81,8	+ 42,6
Indicadores Financeiros - R\$ milhões						
	30/09/2020	31/12/2019	Var. %			
Ativo Total	1.494,6	1.027,1	+ 45,5			
Caixa/Equivalentes de Caixa/Aplicações Financeiras	87,8	25,7	+ 241,5			
Patrimônio Líquido	462,9	344,6	+ 34,3			

3. Debêntures

A Energisa Transmissão de Energia concluiu a oferta pública de distribuição de 250.000 debêntures simples. Os títulos, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em três séries, possuem valor unitário de R\$ 1.000,00 na data de emissão (15 de dezembro de 2018), perfazendo um valor total de R\$ 250,0 milhões.

A seguir, as principais características dessa emissão:

Número da Série	Quantidade de Debêntures	Montante Total (R\$)	Remuneração	Periodicidade	Vencimento
1ª série	75.500	75.500.000,00	4,9238% a.a.	Semestral	15/12/2025
2ª série	51.462	51.462.000,00	5,1410% a.a.	Semestral	15/12/2028
3ª série	123.038	123.038.000,00	4,9761% a.a.	Anual	15/12/2025
Total	250.000	250.000.000,00			

Nota: Os saldos atualizados são apresentados nas notas explicativas (Nota explicativa 16).

A Administração.

Informações financeiras trimestrais

1. Balanço Patrimonial Ativo

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE SETEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Ativo	-	-		
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	66	58	41.754	23.067
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	-	-	46.001	2.595
Clientes	-	-	3.500	-
Tributos a recuperar	300	128	2.540	2.226
Instrumentos financeiros derivativos	-	26	5.151	-
Ativo financeiro indenizável da concessão	-	-	35.661	-
Despesas antecipadas			115	
Outros créditos	5.151	-	2.098	51
Total do circulante	5.517	212	136.820	27.939
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Instrumentos financeiros derivativos	80.669	40.845	80.669	40.845
Tributos a recuperar	1.149	1.149	1.149	1.149
Concessão do serviço público-ativo de contrato	-	-	1.275.832	957.074
Outros créditos	-	-	-	-
	81.818	41.994	1.357.650	999.068
Investimentos	865.198	605.023	-	-
Imobilizado	-	-	113	82
Intangível	-	-	43	53
Total do não circulante	947.016	647.017	1.357.806	999.203
Total do ativo	952.533	647.229	1.494.626	1.027.142

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras trimestrais.

2. Balanço Patrimonial Passivo

BALANÇO PATRIMONIAL
EM 30 DE SETEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019
 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Passivo				
Circulante				
Fornecedores	7	-	33.639	28.001
Encargos de dívidas	2.516	-	2.291	213
Debêntures	23.118	12.639	23.118	12.639
Impostos e contribuições sociais	243	1	5.418	5.720
Obrigações estimadas	-	-	331	206
Benefícios pós-emprego	-	-	11	11
Obrigações de ressarcimento	-	-	133	-
Instrumentos financeiros derivativos	14	522	2.516	522
Outros passivos	12	9	2.539	973
Total do circulante	25.910	13.171	69.996	48.285
Não circulante				
Empréstimos e Financiamentos	173.855	-	407.165	131.127
Debêntures	289.910	289.466	289.910	289.466
Impostos e contribuições sociais	-	-	49.548	35.352
Tributos Diferidos	-	-	44.004	30.172
Benefícios pós-emprego	-	-	95	87
Débitos com partes relacionadas	-	-	171.032	148.027
Outras contas a pagar	-	-	18	29
Total do não circulante	463.765	289.466	961.772	634.260
Patrimônio líquido e recursos destinados a futuro aumento de capital				
Capital social	32.706	32.656	32.706	32.656
Reservas de capital	27.982	27.924	27.982	27.924
Reservas de lucros	284.059	284.059	284.059	284.059
Outros resultados abrangentes	(97)	(97)	(97)	(97)
Lucros (Prejuízos) Acumulados	116.658	-	116.658	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	1.550	50	1.550	50
	462.858	344.592	462.858	344.592
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	5
Total do patrimônio líquido	462.858	344.592	462.858	344.597
Total do passivo e patrimônio líquido	952.533	647.229	1.494.626	1.027.142

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras trimestrais.

3. Demonstrações de Resultados

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O PERÍODO FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2020 E 2019
 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Controladora		Consolidado	
	3T20	3T19	3T20	3T19
Receita operacional bruta				
Receitas de construção	-	-	65.192	82.324
Outras receitas	-	-	61.613	156.420
	-	-	126.805	238.744
Deduções à receita operacional				
PIS, Cofins e ISS	-	-	5.275	22.045
Outras (CCC, CDE, P&D e PEE)	-	-	164	-
	-	-	5.439	22.045
Receita operacional líquida	-	-	121.366	216.699
Despesas operacionais				
Pessoal	-	-	422	758
Entidade de previdência privada	-	-	37	34
Material	-	-	10	2
Serviços de terceiros	121	74	1.573	184
Depreciação e amortização	-	-	9	7
Custo de construção	-	-	70.830	142.123
Outras despesas	1	9	50	12
	122	83	72.931	143.120
Resultado antes da equivalência patrimonial	(122)	(83)	48.435	73.579
Resultado de equivalência patrimonial	42.820	48.621	-	-
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	42.698	48.538	48.435	73.579
Resultado financeiro				
Receita de aplicações financeira	36	689	270	690
Outras receitas financeiras	(1)	(267)	55	(267)
Encargos de dívidas - juros	(4.426)	(3.514)	(6.430)	(3.514)
Encargos dívidas - variação monetária e cambial	(8.231)	(778)	(8.231)	(778)
(-) Transferência p/Imob curso	-	-	2.791	-
Outras despesas financeiras	11.290	(349)	9.336	(376)
	(1.332)	(4.219)	(2.209)	(4.245)
Resultado antes dos tributos	41.366	44.319	46.226	69.334
Contribuição social e imposto de renda	-	-	(4.860)	(25.012)
Lucro líquido do período	41.366	44.319	41.366	44.322
Lucro atribuível a:				
Acionistas da Controladora	-	-	41.366	44.319
Acionistas não controladores	-	-	-	3
Lucro líquido por ação - R\$	1,26	1,37		

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras trimestrais.

4. Demonstrações de Resultados

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O PERÍODO FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2020 E 2019
 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Controladora		Consolidado	
	9M20	9M19	9M20	9M19
Receita operacional bruta				
Receitas de construção	-	-	215.632	151.839
Outras receitas	-	-	162.110	287.454
	-	-	377.742	439.293
Deduções à receita operacional				
PIS, Cofins e ISS	-	-	15.688	40.655
Outras (CCC, CDE, P&D e PEE)	-	-	275	-
	-	-	15.963	40.655
Receita operacional líquida	-	-	361.779	398.638
Despesas operacionais				
Pessoal	-	-	967	2.332
Entidade de previdência privada	-	-	90	93
Material	-	-	20	8
Serviços de terceiros	187	109	2.229	502
Depreciação e amortização	-	-	24	22
Custo de construção	-	-	214.876	261.036
Outras despesas	14	29	140	46
	201	138	218.346	264.039
Resultado antes da equivalência patrimonial	(201)	(138)	143.433	134.599
Resultado de equivalência patrimonial	125.952	88.978	-	-
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	125.751	88.840	143.433	134.599
Resultado financeiro				
Receita de aplicações financeira	521	5.627	916	5.628
Outras receitas financeiras	(24)	(267)	78	(213)
Encargos de dívidas - juros	(12.797)	(9.890)	(18.100)	(9.890)
Encargos dívidas - variação monetária e cambial	(46.082)	(6.762)	(46.082)	(6.762)
(-) Transferência p/Imob curso	-	-	10.090	-
Outras despesas financeiras	49.289	4.229	41.935	4.181
	(9.093)	(7.063)	(11.163)	(7.056)
Resultado antes dos tributos	116.658	81.777	132.270	127.543
Contribuição social e imposto de renda	-	-	(15.610)	(45.759)
Lucro líquido do período	116.658	81.777	116.660	81.784
Lucro atribuível a:				
Acionistas da Controladora	-	-	116.658	81.777
Acionistas não controladores	-	-	2	7
Lucro líquido por ação - R\$	3,57	2,53		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Energisa Transmissão de Energia S/A Notas explicativas às informações financeiras trimestrais para o período findo em 30 de setembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1. Contexto operacional

A Energisa Transmissão de Energia S/A (“Companhia” ou “ETE”), com sede em Cataguases, Estado de Minas Gerais, é uma sociedade anônima de capital aberto registrada junto a Comissão de Valores Mobiliários - CVM na categoria “B”, cujo objeto social é a participação no capital social de outras sociedades, na qualidade de sócia, quotista ou acionista, em especial naquelas que tem como objetivo principal a exploração de concessões de serviço público de transmissão de energia elétrica.

A Companhia, através de suas controladas, possui o direito de explorar concessões e/ou autorizações de transmissão de energia elétrica. Sendo seus principais contratos:

Transmissão de energia elétrica (em fase pré-operacionais)	Descrição	Localidade	Data da concessão	Data de vencimento
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A (“EGO I”) ^(*)	Linha de transmissão de 230 kV Rio Verde Norte - Jataí, com 136 quilômetros em circuito duplo, e a subestação Rio Verde Norte.	Goiás	11/08/2017	11/08/2047
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A (“EPA I”)	Linha de transmissão de 230 kV Xinguara II - Santana do Araguaia, com 296 quilômetros de extensão em circuito duplo, e a subestação Santana do Araguaia.	Pará	11/08/2017	11/08/2047
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A (“EPA II”)	Linha de Transmissão 500 kV, Serra Pelada com 66,5 quilômetros de extensão em circuito duplo; Linha de Transmissão 230 kV, Integradora Sossego - Xinguara II, com 72,3 quilômetros e as subestações Serra Pelada e Integradora Sossego.	Pará	21/09/2018	21/09/2048
Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A (“ETT”)	Linha de Transmissão de 230 kV Dianópolis II - Barreiras II com 255 quilômetros de extensão; Linha de Transmissão de 230 kV Dianópolis II - Gurupi com 256 quilômetros de extensão e Linha de Transmissão de 230 kV Dianópolis II - Palmas com 261 quilômetros de extensão.	Bahia e Tocantins	22/03/2019	22/03/2049

^(*) **Início de operação:** em 13 de março de 2020, a controlada Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A, iniciou suas operações energizando a linha de transmissão Rio Verde Norte - Jataí (230 kV em circuito duplo), além de realizar ampliações nas subestações Rio Verde e Jataí. Esse trecho possui 136 quilômetros de linha de transmissão. A obra foi concluída em 31 meses após a data de outorga e a operação foi antecipada em 17 meses frente a data prevista de entrada em operação no contrato de concessão.

Transmissão de energia elétrica:

Os contratos de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica contêm cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão, efetivamente utilizados na prestação do serviço, como segue.

As controladas deverão realizar o licenciamento e contratação de todas as obras para a operação dos empreendimentos buscando antecipar estes prazos.

As obrigações das controladas, previstas no contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica para implementar, operar, explorar e manter as linhas de transmissão pertencentes a rede básica do Sistema Interligado Nacional - SIN por um período de 30 anos:

I - Operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações localizados em sua área de concessão;

II - Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência e segurança em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - Organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade e providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico;

IV - Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória.

V - Submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;

VI - Manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes;

VII - Operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis e adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, por no máximo igual período de acordo com o que dispõe o § 3º art. 4º da Lei nº 9.074 de 1995, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente.

Efeitos da Covid-19

Contexto

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto de Covid-19 como uma pandemia, dado os vários casos de contágio ao redor do mundo. A grande capacidade de disseminação do vírus fez com que as autoridades de diversos países adotassem o distanciamento físico como medida de contenção do vírus, medida essa também adotada no Brasil. Houve impacto significativo na economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento significativo da incerteza econômica, considerando o aumento na volatilidade dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm adotando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar os efeitos econômicos produzidos pela pandemia.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

A Administração segue monitorando as obras em andamento das controladas, adotando todas as medidas cabíveis para evitar e/ou mitigar possíveis atrasos. Até o momento, os eventuais atrasos não impactaram no cronograma original de entrada em operação dos projetos em andamento.

Medidas operacionais e financeiras adotadas para enfrentamento da pandemia

Atenta aos efeitos causados pela pandemia na economia global e, notadamente na economia do Brasil, a Companhia e suas controladas adotaram medidas preventivas necessárias para minimizar tais efeitos em seus negócios, dentre as quais destacam-se:

Pessoas

- Criação de um Comitê de Crise para avaliar de forma contínua os possíveis impactos e a eficácia das medidas adotadas pela Companhia e suas controladas além de monitorar todas as determinações das autoridades competentes;
- Disponibilização de um canal de atendimento de saúde telefônico 24 horas por dia a todos os colaboradores e distribuição de máscaras para os colaboradores que atuam diretamente em contato com o público;
- Afastamento domiciliar monitorado em casos de colaboradores que apresentem os sintomas da Covid-19;
- Regime de teletrabalho para colaboradores cuja função possibilite esta modalidade de trabalho;

- Para os profissionais onde a modalidade do teletrabalho não foi possível, foram adotados sistema de revezamento de colaboradores com turnos alternados para evitar desta forma exposição a aglomerações;
- Suspensão das viagens internacionais e nacionais, exceção em casos de extrema necessidade;
- Reforço na higienização dos ambientes de trabalho; e
- Redução da jornada de trabalho em 25% e suspensão temporária do contrato de trabalho para parte dos colaboradores como medida de prevenção ao emprego seguindo as orientações da Medida Provisória 936/2020.

Negócios

- Revisão do Plano de Investimentos para o ano de 2020. Diante dos cenários de incertezas, a Companhia e suas controladas optaram por postergar investimentos na ordem de R\$7.800 ressaltando que foram preservados os investimentos essenciais para a continuidade das operações. Para as obras em andamento nas controladas, onde atualmente estão sendo construídas três linhas de transmissão nos Estados do Pará e de Tocantins, não são esperados atrasos na entrada em operação conforme prazos previstos nos respectivos contratos de concessão;
- Considerando o estágio atual da disseminação do surto de Covid-19, a Companhia revisou seu planejamento estratégico e sensibilizou suas premissas quanto o valor recuperável dos ativos em função dos novos cenários da pandemia, todavia, não foram identificados impactos relevantes em nossas informações financeiras;
- Medidas de Assistência Governamental: (i) postergação do recolhimento das competências março, abril e maio para os meses de agosto, outubro e novembro de 2020 do Pis, Cofins no montante de R\$11 na Companhia e consolidado e da contribuição previdenciária de R\$148 no consolidado, gerando impacto no caixa; (ii) postergação do recolhimento do FGTS das competências de março, abril e maio para pagamento em 6 parcelas iniciando em julho de 2020, no valor total de R\$60 no Consolidado; e
- Um dos efeitos da pandemia originada pela COVID-19 no Setor Elétrico foi a redução de demanda no segmento de consumo. Uma das ações da ANEEL, que demandou apoio do segmento de transmissão para garantir que, mesmo com a redução em seus fluxos de caixa os usuários do sistema de transmissão continuassem honrando seus contratos e cumprindo suas obrigações quanto aos pagamentos dos Encargos de Uso do Sistema de Transmissão-EUST, foi autorizar o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS a deduzir os Encargos de Uso do Sistema de Transmissão de Rede Básica - EUST-RB do segmento consumo, estabelecido na Apuração Mensal dos Serviços e Encargos de Transmissão - AMSE nos meses de abril, maio e junho de 2020. Os Despachos ANEEL nº 1.106/2020, nº 1.414/2020 e nº 1.761/2020, estabeleceram os valores mensais de dedução dos EUST do segmento consumo. A controlada EGO, apurou um impacto e/ou efeito em seus fluxos de caixa, no montante de R\$1.599, mesmo que de forma temporária, uma vez que apenas antecipa a devolução das sobras financeiras que se daria ao longo do Ciclo Tarifário 2020/2021.
- .

A Companhia e suas controladas seguem comprometidas com a segurança de seus colaboradores, clientes, parceiros, acionistas e das comunidades das regiões onde atua, bem como são orientados pela transparência e pelas boas práticas de governança corporativa.

2. Apresentação das informações financeiras intermediárias (informações trimestrais)

2.1. Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações financeiras intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 3.2 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro

de 2019 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2019”), publicadas na imprensa oficial em 17 de março de 2020.

Dessa forma, estas informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias, e somente elas, correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) da Companhia, foi autorizada pelo Conselho de Administração em 12 de novembro de 2020.

2.2. Novos pronunciamentos técnicos, revisores e interpretações ainda não em vigor

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas seguindo a base de preparação e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas e divulgadas na nota explicativa 3.3 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2019 e devem ser lidas em conjunto, com exceção às alterações estabelecidas pelo CPC 00 (R2) - Conceptual Framework - Estrutura conceitual para relatório financeiro e CPC 06 (R2) - Arrendamentos.

CPC 00 (R2) | Estrutura conceitual para relatório financeiro

O CPC 00 (R2) - Estrutura conceitual para relatório financeiro, equivalente ao pronunciamento do IASB conhecido como Conceptual Framework, alterado com o objetivo de melhor refletir alterações conceituais estabelecidas pelo IASB, principalmente com relação aos seguintes aspectos:

- Conceitualiza e clarifica questões acerca do objetivo do relatório financeiro, as características qualitativas da informação financeira útil, e a descrição da entidade, bem como os seus limites;
- Clarifica as definições de ativo, passivo, patrimônio líquido, receitas e despesas em diversos aspectos;
- Define critérios para inclusão de ativos e passivos nas demonstrações contábeis (reconhecimento) e orientação sobre quando removê-los (desreconhecimento);
- Bases de mensuração e orientação sobre quando e como utilizá-las; e
- Determina conceitos e estabelece orientações quanto a apresentação e divulgação das demonstrações contábeis e notas explicativas.

As alterações realizadas ao CPC 00 (R2) também impactam o conceito de materialidade, estabelecendo de forma clara a aplicação deste conceito e determinando que “informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre o relatório específico da entidade”.

IFRS 16 / CPC 06 (R2) - Arrendamentos

Em 7 de julho de 2020 a CVM, junto ao nosso comitê de práticas contábeis, deliberou alterações relevantes quanto ao CPC06 (R2) quanto aos requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.

IFRS 9 / CPC 48 Instrumentos financeiros FRS 7 / CPC 40 Instrumentos Financeiros - Evidenciação e IAS 39 / CPC 38: Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração.

Inclusão de exceções temporárias aos requerimentos atuais da contabilidade de hedge para neutralizar os efeitos das incertezas causadas pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).

IFRS 3 / CPC 15 (R1) Combinação de negócios

Estabelece novos requerimentos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócio ou como uma aquisição de ativos.

As mudanças são aplicáveis para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2020 e visam auxiliar o entendimento de temas específicos, melhorando a qualidade das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e de suas controladas. Tais mudanças realizadas não causaram impactos ou alterações nas informações financeiras intermediárias da Companhia e de suas controladas. A Companhia e suas controladas também avaliaram os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não efetivos para o período e não identificou qualquer impacto ou alterações nas informações financeiras intermediárias da Companhia e de suas controladas.

3. Informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) consolidadas

As informações financeiras intermediárias consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Energisa Transmissão de Energia e suas controladas em 30 de setembro de 2020. O controle é obtido quando a Energisa Transmissão de Energia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com investidas e possuir a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação as investidas.

Especificamente, a Energisa Transmissão de Energia controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
- A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a esta presunção e quando a Energisa Transmissão de Energia tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto;
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e
- Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo (investidor).

A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando o Grupo deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores do Grupo, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Grupo. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido.

As informações financeiras intermediárias consolidadas incluem as informações financeiras intermediárias da Energisa Transmissão de Energia e das controladas.

	Ramo de atividade	% de participação	
		30/09/2020	31/12/2019
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A ⁽¹⁾	Transmissão de energia	100	100
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A ⁽²⁾	Transmissão de energia	100	100
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A ⁽²⁾	Transmissão de energia	100	100
Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A ⁽²⁾	Transmissão de energia	100	99,90

⁽¹⁾ Em operação a partir de março de 2020
⁽²⁾ Em fase pré-operacional

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- 1) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- 2) Eliminação dos saldos das contas de investimentos e correspondentes participações no capital e resultados das empresas consolidadas; e
- 3) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, decorrentes de negócios entre as empresas.

4. Informação por segmento - consolidado

A Companhia e suas controladas atuam no segmento econômico de transmissão de energia elétrica e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

5. Caixa e equivalente de caixa

5.1. Caixa e equivalentes de caixa

A carteira de aplicações financeiras é constituída, por operações compromissadas. A rentabilidade média ponderada da carteira em 30 de setembro de 2020 equivale a 82,2% do CDI (99,4% em 31 de dezembro de 2019).

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Caixa e depósitos bancários à vista	66	58	545	473
Aplicações financeiras de liquidez imediata:				
Compromissadas	-	-	41.209	22.594
Total caixa e equivalentes de caixa - circulante ⁽¹⁾	66	58	41.754	23.067

- (1) Operações compromissadas em debêntures - são operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata e são remuneradas de 65% a 102,5% do CDI.

5.2. Aplicações no mercado aberto (avaliadas ao valor justo por meio do resultado)

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, CDB's, entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira em 30 de setembro de 2020 equivale a 89,5% (105,2% em 31 de dezembro de 2019) do CDI.

	Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019
1) Avaliadas ao valor justo por meio do resultado		
Fundos de Investimentos Exclusivos ⁽¹⁾		
Títulos públicos	18.304	1.251
Letra financeira do Tesouro (LFT)	22.410	1.183
Letra financeira do Tesouro (LF)	1.810	-
Letra financeira (LTN)	484	49
Nota do Tesouro Nacional (NTNB)	2.993	112
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados -Circulante	46.001	2.595

(1) Fundo de investimentos exclusivos, inclui aplicações em CDB, CCB, Compromissadas, Títulos Públicos, Fundo de renda fixa, LFT, LF, LTN e NTNB são remuneradas 89,5% (105,2% em 31 de dezembro de 2019) do CDI Fundo FI Energisa e 89,5% do CDI Fundo FI Energisa.

6. Contas a receber - Consolidado

	30/09/2020
Cientes ⁽¹⁾	3.500
Total - Circulante	3.500

(1) Valor referente a Receita Anual Permitida (RAP) da controlada Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A, que iniciou suas operações 13 de março de 2020 com a energização da linha de transmissão Rio Verde Norte - Jataí.

Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Imposto s/ Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	-	68	1.573
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	1.446	1.277	1.930	1.679
Contribuição Social s/o Lucro - CSLL	-	-	124	96
Contribuições ao PIS e a COFINS	3	-	1.007	27
Outros	-	-	560	-
Total	1449	1.277	3.689	3.375
Circulante	300	128	2.540	2.226
Não circulante	1.149	1.149	1.149	1.149

Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em períodos posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

7. Transação com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela ENERGISA S/A, (100% do capital total), e possui o controle direto das transmissoras Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A, Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A, Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A, Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A.

Os saldos com partes relacionadas são apresentados como segue:

Controladas	Mútuo ⁽¹⁾ - Débito com partes relacionadas	
	Aportados por controlador indireto	
	30/09/2020	31/12/2019
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A	50.927	39.712
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A	101.703	92.515
Energisa Tocantins Transmissora de Energia	16.353	14.092
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A	2.049	1.708
	171.032	148.027

(1) Os contratos de mútuos firmados pelas controladas com a controladora indireta Energisa S/A, possuem prazo de 24 meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos. Os contratos de mútuos com partes relacionadas são remunerados pela taxa média de captação junto a terceiros, que no período foi em média de CDI + 0,6051% a.a. (CDI + 0,6051% a.a. em 31 de dezembro de 2019).

Transações efetuadas durante o período pela Companhia e suas controladas:

Atualização de mútuos (*)	01/07/2020 a 30/09/2020	01/01/2020 a 30/09/2020
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A	24	76
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A	1.153	3.797
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A	578	1.887
Energisa Tocantins Transmissora de Energia I S/A	186	610
Total	1.941	6.370

(*) Referem-se aos custos dos juros dos contratos de mútuos, firmados com as controladas, referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2020, os quais compõem os respectivos saldos de cada contrato.

Condição dos contratos:

Controladas	Taxa	Vencimento
. Energisa Para Transmissora de Energia II S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do Grupo + variação do CDI	01/12/2021
. Energisa Para Transmissora de Energia I S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do Grupo + variação do CDI	01/12/2021
. Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do Grupo + variação do CDI	01/12/2021
. Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do Grupo + variação do CDI	01/12/2021

	Recursos destinados a futuro aumento de capital (*)
Energisa S/A	1.550
	30/09/2020 1.550
	31/12/2019 50

(*) Os recursos destinados para futuro aumento de capital não são remunerados, estão registrados na controladora Energisa na rubrica investimentos.

	Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição (Receita) ⁽¹⁾	Saldo a receber Disponibilização de sistema de transmissão e distribuição ⁽¹⁾	Serviços Contratados ⁽²⁾	Saldo a pagar (fornecedores) - Serviços Contratados ⁽²⁾
. Energisa Sul-Sudeste Distribuidora de Energia S/A	85	16	-	-
. Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A	11	2	-	-
. Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A	52	10	-	-
. Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A	200	37	-	-
. Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A	52	11	-	-
. Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A	111	22	-	-
. Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A	101	19	-	-
. Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A	19	4	-	-
. Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A	68	10	-	-
. Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A	7	2	-	-
. Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A	-	-	4.210	281
. Energisa Para Transmissora de Energia I S/A	-	-	3.163	427
. Energisa Para Transmissora de Energia II S/A	-	-	2.978	293
. Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A	-	-	1.125	255
30/09/2020	706	133	11.476	1.256
30/09/2019	-	-	5.176	-
31/12/2020	-	-	-	895

(1) Refere-se a serviços prestados de transporte de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição pela controlada Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A;

(2) Refere-se a contratos serviços de gerenciamento de obras e foram capitalizados na infraestrutura do serviço público de transmissão de energia elétrica prestado pela Energisa Soluções S/A, devidamente homologados pela Aneel.

Remuneração dos administradores

	Consolidado	
	30/09/2020	30/09/2019
Remuneração Anual ^(a)	1.606	1.353
Remuneração da Diretoria	386	396
Outros Benefícios ^(b)	212	207

(a) Limite global da remuneração anual dos administradores foi aprovado em AGO/E de 29 de abril de 2020.

(b) Inclui, encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida.

A maior e a menor remuneração atribuída a dirigentes e conselheiros, relativas ao mês de setembro de 2020, foram de R\$49 e R\$49 no consolidado (R\$44 e R\$44 em 30 de setembro de 2019). A remuneração média no período findo em 30 de setembro de 2020 foi de R\$49 no consolidado (R\$44 em 30 de setembro de 2019).

Programa de Remuneração Variável (ILP)

As Controladas ofereceram aos seus executivos um Plano de Incentivo de Longo Prazo - ILP. Este plano tem por objetivo: (i) o alinhamento de interesses entre acionistas e executivos; (ii) a promoção da meritocracia; (iii) a retenção de executivos de bom desempenho; (iv) o estímulo de resultados sustentáveis e atingimento de metas empresariais, com compartilhamento da criação de valor. O benefício é direcionado aos executivos das Controladas a ser pago em Units da controladora Energisa S/A, até o limite previsto de 0,5% do capital social da Controladora Energisa S/A, na data de aprovação do Plano, que será baseado em um valor definido para cada nível levando em consideração o desempenho individual consignado no contrato de concessão de ações, de acordo com o escopo de cada executivo. O benefício visa atrair e reter pessoas-chaves e premiá-las em função do seu desempenho, aliado às metas de desempenho da Companhia. O plano foi aprovado pela Controladora Energisa S/A em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2018, e o regulamento aprovado em reunião do Conselho de Administração em 10 de maio de 2018.

Atualmente, as Controladas possuem um total de dois programas de concessão de ações e duas outorgas contratuais em andamento. Aos programas são associadas condições de performance (Total Shareholder Return - TSR Relativo e Fluxo de caixa livre), que modificam o target em função das faixas atingidas.

O 1º programa foi aprovado em 10 de maio de 2018 com limite de pagamento previsto de até 3.536 units e período de aquisição do direito (vesting) de 3 anos, a partir da data de outorga de 02 de maio de 2018. O 2º programa foi

aprovado em 9 de maio de 2019 com limite de pagamento previsto de até 3.104 units e período de aquisição do direito (vesting) de 3 anos, a partir da data de outorga de 10 de maio de 2019. Não há opções exercíveis ou expiradas em 30 de setembro de 2020.

Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, as Controladas apuraram o valor justo das ações (units) restritas com condições de performance (Performance Shares) outorgadas com base no modelo de Monte Carlo para permitir a incorporação das condições de carência de mercado no valor justo do ativo. A despesa é reconhecida em uma base “pro rata temporis”, que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito a receber as ações.

Premissas e cálculo do valor justo das Ações Outorgadas

Para determinação do valor justo foram utilizadas as seguintes premissas:

	1º programa ILP	2º programa ILP
Método de Cálculo	Monte Carlo	Monte Carlo
Total de opções de ações outorgadas	3.536	3.104
Prazo de carência	3 anos	3 anos
Taxa de juros livre de risco ^(a)	8,2%	7,7%
Volatilidade ^(b)	29,29%	25,06%
Valor justo na data da outorga	R\$27,68	R\$34,07

(a) Taxa de juros = 8,2% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa - DI1J2021). Para o 2º Programa taxa de juros = 7,7% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa - DI1J2022).

(b) Volatilidade e correlação entre os preços de ação (da Energisa S/A e dos concorrentes considerados no IEE (“Índice de Energia Elétrica e seus pares”) para o Total Shareholder Return (TSR) foram calculadas com base nos valores históricos de 1 ano anterior à data de outorga do programa.

Devido às características específicas do Plano de Incentivo de Longo Prazo da controladora, divulgadas acima, não há preço de exercício ou limite para exercício associados.

No período findo em 30 de setembro de 2020, foram reconhecidos pelas controladas EPA I e EGO I R\$51 (R\$37 em 30 de setembro de 2019) decorrente do Plano de Outorga de Opção de Ações na demonstração do resultado do período, na rubrica de despesas operacionais. O montante reconhecido na reserva de capital no patrimônio líquido acumula em 30 de setembro de 2020 R\$128 (R\$77 em 31 de dezembro de 2019).

8. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente.

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

	Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019
Ativo		
Prejuízos fiscais	106	42
Base negativa da contribuição social	32	25
Total - ativo não circulante	138	67
Passivo		
Imposto de Renda	32.457	22.234
Contribuição Social	11.685	8.005
Total - passivo não circulante	44.142	30.239
Total líquido - passivo não circulante	(44.004)	(30.172)

	Consolidado			
	30/09/2020		31/12/2019	
	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de cálculo	IRPJ + CSSL
Ativo/Passivo				
Prejuízos fiscais	423	106	167	42
Base negativa da contribuição social	351	32	278	25
Concessão do serviço público - ativo de contrato	(129.828)	(44.142)	(88.941)	(30.239)
Total passivo não circulante	(129.054)	(44.004)	(88.496)	(30.172)

A expectativa de realização das diferenças temporárias são como segue:

Exercícios	Consolidado
2022	138
Total	138

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do período, bem como, a compensação dos créditos tributários registrados, são como segue:

	Controladora	
	30/09/2020	30/09/2019
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	116.658	81.777
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição calculados às alíquotas fiscais combinadas	(39.664)	(27.804)
Créditos tributários - IR e CS não constituídos no período	(3.160)	(2.448)
Equivalência patrimonial	42.824	30.252
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	-	-
Alíquota efetiva	-	-

	Consolidado	
	30/09/2020	30/09/2019
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	132.270	127.543
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição calculados às alíquotas fiscais combinadas	(44.972)	(43.365)
Créditos tributários - IR e CS não constituídos no período	(3.160)	(2.448)
Créditos tributários de períodos anteriores constituídos no exercício	(1.870)	-
Efeito do regime tributário - lucro presumido ⁽¹⁾	34.374	-
Outras adições	18	54
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(15.610)	(45.759)
Alíquota efetiva	11,80%	35,88%

⁽¹⁾ Nas controladas EGO, EPA I e EPAlI a apuração do imposto de renda e da contribuição social são efetuadas pelo Lucro Presumido, gerando efeitos no período de R\$7.111, R\$21.611 e R\$5.652, respectivamente, enquanto, a companhia e a controlada ETT realiza as operações com base no lucro real

9. Concessão de serviço público (Ativo de contrato) - consolidado

Os ativos de contrato incluem os valores a receber referentes aos serviços da implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo mensurados ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto quando da formalização do contrato de concessão, conforme normas do CPC 47.

As concessões das Companhias de transmissão por não serem onerosas, não possuem obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. Ao final do contrato de concessão, todos os bens e instalações passarão a ser de propriedade da União.

Os ativos de contrato, serão recebidos pelas controladas através da Receita Anual Permitida - RAP, correspondendo aos fluxos de caixa firmados nos contratos da concessão.

As controladas adotaram o CPC47/IFRS15 a partir de 1º de janeiro de 2018, mensurando os ativos da concessão como ativo de contrato e os saldos referente aos ativos financeiros passaram a ser reconhecidos nas informações financeiras intermediárias como ativo de contrato.

Ademais, conforme previsto pelo CPC47/IFRS 15, as Companhias passaram a avaliar um ativo de contrato quanto à redução ao valor recuperável de acordo com o CPC48/IFRS 9, onde, para o período findo em 30 de setembro de 2020 não foi identificado necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável para o ativo de contrato.

A taxa utilizada pela Companhia para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, cuja composição observou os valores à época da realização do investimento.

A seguir a movimentação do ativo de contrato ocorrida no período:

Descrição	EPA I	EGO I	EPA II	ETT	Consolidado
Linhas de Transmissão	LT 230 kV Xinguara II - Santana do Araguaia	LT 230 kV Rio Verde Norte - Jatai	LT 500 kV, Serra Pelada; LT 230 KV Sossego - Xinguara II	LT 230 kV Dianópolis II - Barreiras II; LT 230 KV Dianópolis - Gurupi; LT 230 KV Dianópolis - Palma	
WACC Regulatório	0,85%	0,85%	0,71%	0,71%	
Saldos em 31 de dezembro de 2018	142.650	160.768	3.874	-	307.292
Adições (i)	157.816	130.209	76.370	17.460	381.855
Remuneração do ativo de contrato (ii)	93.239	100.442	13.520	8.398	215.599
Atualização monetária	24.413	25.247	2.256	412	52.328
Saldos em 31 de dezembro de 2019	418.118	416.666	96.020	26.270	957.074
Adições (i)	34.833	26.598	77.767	11.242	150.440
Remuneração do ativo de contrato (ii)	23.027	1.136	14.162	4.205	42.530
Atualização monetária	24.315	24.958	5.215	1.374	55.862
Realização do ativo de contrato	-	(9.543)	-	-	(9.543)
Saldos em 30 de junho de 2020	500.293	459.815	193.164	43.091	1.196.363
Adições (i)	23.044	-	34.335	7.813	65.192
Remuneração do ativo de contrato (ii)	19.065	(260)	7.164	3.021	28.990
Atualização monetária	13.341	11.694	4.393	1.033	30.461
Realização do ativo de contrato	-	(9.513)	-	-	(9.513)
Saldos em 30 de setembro de 2020	555.743	461.736	239.056	54.958	1.311.493
Circulante	-	35.661	-	-	35.661
Não circulante	555.743	426.075	239.056	54.958	1.275.832

(i) As adições, líquidas de Pis e Cofins, estão relacionadas ao investimento na infraestrutura do serviço público de transmissão de energia elétrica, onde será recuperada pelo fluxo de caixa a ser recebida diretamente dos usuários delegados pelo Poder Concedente, sendo o montante investido no período de R\$214.876 (R\$366.939 em 31 de dezembro de 2019) reconhecido como custo de construção.

(ii) Refere-se à margem de construção reconhecida durante a obra para remunerar os saldos de recebíveis das concessões de serviços.

10. Investimentos

	Controladora	
	30/09/2020	31/12/2019
Participação em controladas	865.198	605.023
Total	865.198	605.023

Participação em controladas:

30/09/2020									
Informações sobre as controladas								Informações sobre o investimento da controladora	
Controladas	%	Nº ações / cotas detidas / mil	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do período	Equivalência Patrimonial	Investimentos
Energisa Goiás Transmissora de Energia S/A	100	128.361	128.361	479.118	152.055	327.063	24.173	24.173	327.063
Energisa Pará I Transmissora de Energia S/A	100	121.938	121.938	576.008	205.329	370.679	71.644	71.644	370.679
Energisa Pará II Transmissora de Energia S/A	100	90.722	90.722	296.441	156.182	140.259	24.410	24.410	140.259
Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A	100	529	529	55.724	28.527	27.197	5.726	5.725	27.197
Total								125.952	865.198

31/12/2019									
Informações sobre as controladas								Informações sobre o investimento da controladora	
Controladas	%	Nº ações / cotas detidas / mil	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do Exercício	Equivalência Patrimonial	Investimentos
Energisa Goiás Transmissora de Energia S/A	100	70.151	70.151	417.926	127.131	290.795	131.451	131.450	290.795
Energisa Pará I Transmissora de Energia S/A	100	75.000	57.824	444.617	176.263	268.354	120.741	120.740	268.354
Energisa Pará II Transmissora de Energia S/A	100	1.995	1.995	96.091	55.848	40.243	12.099	12.091	40.243
Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A	99,90	1	1	26.301	20.665	5.637	5.107	5.107	5.631
Total								269.388	605.023

Movimentação dos investimentos:

Controladas	Saldos em 31/12/2019	Subscrição/ aquisição e AFAC	Ganho/Perda aquisição de ações ⁽¹⁾	Equivalência Patrimonial	Saldos em 30/09/2020
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A	290.795	12.069	26	24.173	327.063
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A	268.354	30.656	25	71.644	370.679
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A	40.243	75.606	-	24.410	140.259
Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A	5.631	15.834	7	5.725	27.197
Total	605.023	134.165	58	125.952	865.198

⁽¹⁾ Refere-se a parcela reflexa sobre a implementação do programa de remuneração variável, através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP) das controladas EPA I e EGO I, no valor de R\$51 e Ganho referente a transações entre sócios de R\$7 na controlada ETT.

Controladas	Saldos em 31/12/2018	Subscrição/ aquisição e AFAC	Ganho/Perda aquisição de ações ⁽¹⁾	Outros Resultados abrangentes	Equivalência Patrimonial	Saldos em 31/12/2019
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A	43.277	115.980	32	56	131.450	290.795
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A	41.010	106.670	32	(98)	120.740	268.354
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A	2.392	25.752	8	-	12.091	40.243
Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A	-	528	(4)	-	5.107	5.631
Total	86.679	248.930	68	(42)	269.388	605.023

(1) No exercício de 2019 foi apurado ganho reflexo de R\$55 (R\$22 em 2018) sobre a implementação do programa de remuneração variável, através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP) das empresas EPA I e EGO I e inclui também um ganho de R\$13 (R\$2 em 2018) referente as transações com sócios das empresas EPA I, EPA II e EGO I.

11. Imobilizado - Consolidado

11.1. Imobilizado

Por natureza, os valores dos ativos imobilizados estão compostos da seguinte forma:

	Taxa Média de Depreciação e Amortização	Saldos em 31/12/2019	Adição	Transferências	Depreciação	Saldos em 30/09/2020
Em Serviço						
Custo						
Máquinas e Equipamentos	16,52%	24	-	45	-	69
Veículos	14,29%	88	-	-	-	88
Móveis e utensílios	6,25%	1	-	-	-	1
Total do imobilizado em serviço		113	-	45	-	158
Depreciação acumulada						
Máquinas e Equipamentos		(4)	-	-	(5)	(9)
Veículos		(27)	-	-	(9)	(36)
Total Depreciação acumulada		(31)	-	-	(14)	(45)
Subtotal Imobilizado		82	-	45	(14)	113
Imobilizado em curso		-	45	(45)	-	-
Total do Imobilizado		82	45	-	(14)	113

	Taxa Média de Depreciação e Amortização	Saldos em 31/12/2018	Adição	Transferências	Depreciação	Saldos em 31/12/2019
Em Serviço						
Custo						
Máquinas e Equipamentos	16,04%	14	-	10	-	24
Veículos	14,29%	88	-	-	-	88
Móveis e utensílios	6,25%	1	-	-	-	1
Total do imobilizado em serviço		103	-	10	-	113
Depreciação acumulada						
Máquinas e Equipamentos		(1)	-	-	(3)	(4)
Veículos		(14)	-	-	(13)	(27)
Total Depreciação acumulada		(15)	-	-	(16)	(31)
Subtotal Imobilizado		88	-	10	(16)	82
Imobilizado em curso		-	10	(10)	-	-
Total do Imobilizado		88	10	-	(16)	82

12. Intangível - Consolidado

12.1. Intangível - Outros Intangíveis - Software

	Taxa média de depreciação (%)	Saldos em 31/12/2019	Amortização	Saldos em 30/09/2020
Em Serviço				
Custo:	20,00%	78	-	78
Amortização Acumulada		(25)	(10)	(35)
Subtotal		53	(10)	43
Total		53	(10)	43

	Taxa média de depreciação (%)	Saldos em 31/12/2018	Amortização	Saldos em 31/12/2019
Em Serviço				
Custo:	20,00%	78	-	78
Amortização Acumulada		(9)	(16)	(25)
Subtotal		69	(16)	53
Total		69	(16)	53

13. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Materiais	-	-	1.476	20.313
Serviços	7	-	32.163	7.688
Total	7	-	33.639	28.001

Referem-se às aquisições de materiais e serviços necessários à construção de Linhas de Transmissão das controladas. Tendo em vista a entrada em operação da EGO I, ocorrida em março de 2020, ocorreu uma aceleração no processo de inspeção de equipamentos e materiais no final do ano de 2019, fato este que provocou a variação dos saldos.

14. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	Controladora					
	Saldos em 31/12/2019	Captação	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 30/09/2020
Mensurados ao valor justo						
Moeda Estrangeira						
Dólar	-	135.000	(1.758)	43.632	-	176.874
Marcação a mercado	-	-	-	-	(2.776)	(2.776)
Total ao valor justo	-	135.000	(1.758)	43.632	(2.776)	174.098
Circulante	-	-	-	-	-	243
Não circulante	-	-	-	-	-	173.855

	Consolidado						Saldo em 30/09/2020
	Saldo em 31/12/2019	Captação	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e custos	Custos Apropriados	Marcação a Mercado da Dívida	
Mensuradas ao custo							
Moeda Nacional							
BASA - CCB 048-19/0002-0	132.830	103.590	(3.276)	5.191	-	-	238.335
Gastos com captação	(1.490)	-	-	113	(1.600)	-	(2.977)
Total do custo	131.340	103.590	(3.276)	5.304	(1.600)	-	235.358
Mensurados ao valor justo							
Moeda Estrangeira							
Dólar	-	135.000	(1.757)	43.631	-	-	176.874
Marcação a mercado	-	-	-	-	-	(2.776)	(2.776)
Total ao valor justo	-	135.000	(1.757)	43.631	-	(2.776)	174.098
Total	131.340	238.590	(5.033)	48.935	(1.600)	(2.776)	409.456
Circulante	213						2.291
Não circulante	131.127						407.165

	Consolidado						Saldo em 31/12/2019
	Saldo em 31/12/2018	Captação	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e custos	Custos apropriados		
Energisa Pará I							
Mensuradas ao							
Moeda Nacional							
BASA - CCB 048-	-	132.488	(511)		853	-	132.830
Gastos com	-	-	-		42	(1.532)	(1.490)
Total do custo	-	132.488	(511)		895	(1.532)	131.340
Circulante	-						213
Não Circulante	-						131.127

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

A composição da carteira de empréstimos, financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Operação	Total		Encargos	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros (1)	Garantias (*)
	30/09/2020	31/12/2019					
Energisa Transmissão							
ETE X CITIBANK LOAN 56417 (2)	176.874	-	Libor + 0,60% a.a.	fev/23	Final	40,76%	A
Marcação à Mercado de Dívida (3)	(2.776)	-					
Total em Moeda Estrangeira	174.098	-					
Total Energisa Transmissão	174.098	-					
Energisa Pará I							
BASA - CCB 048-19/0002-0 (4)	163.564	132.830	IPCA + 1,8854% a.a	jul/39	Mensal a partir de 2023	2,75%	A + R + S
Custo de captação incorrido na contratação	(1.394)	(1.490)	-	-	-	-	
Total em Moeda Nacional	162.170	131.340					
Total EPA I	162.170	131.340					
Energisa Pará II							
BASA - CCB 128-20/0050-8 (4)	74.771	-	IPCA + 1,6834% a.a	jul/40	Mensal a partir de 08/24	2,60%	A + R + S
Custo de captação incorrido na contratação	(1.583)	-	-	-	-	-	
Total em Moeda Nacional	73.188	-					
Total EPA II	73.188	-					
Em Moeda Nacional	235.358	131.340					
Em Moeda Estrangeira	174.098	-					
ETE Consolidado	409.456	131.340					

(*) A=Aval Energisa S/A, R=Recebíveis, S = Seguro

(1) As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no período findo em 30 de setembro de 2020;

(2) Em fevereiro de 2020, a Companhia contratou um financiamento junto ao Citibank, no montante de R\$135.000, o qual possui apuração de índice financeiro respeitando o seguinte limite de covenants:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado	Menor ou igual a: 4,25 em 2020 4,0 em 2021 em diante	Trimestral e Anual

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 30 de setembro de 2020, as exigências contratuais foram cumpridas;

(3) Esta operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de “hedge” de valor justo ou pela designação como “Fair Value Option” (vide nota explicativa nº 21 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos).

(4) Em julho de 2019, a controlada Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A contratou um financiamento junto ao Banco da Amazônia o qual possui apuração de índice financeiro respeitando o seguinte limite de covenants:

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), maior ou igual a 1,3%, apurado anualmente, após 12 (doze) meses de pagamento do principal, até a data do vencimento do contrato.

O descumprimento desse índice pode implicar em vencimentos antecipados da dívida. Em 30 de setembro de 2020, as exigências contratuais foram cumpridas.

Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas no período e exercício.

Moeda/indicadores	30/09/2020	31/12/2019
US\$ x R\$	39,94%	4,02%
IPCA	1,34%	4,31%

Vencimentos:

Em 30 de setembro de 2020, os financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	Controladora	Consolidado
2023	173.855	178.561
2024	-	11.883
2025	-	14.604
2026	-	14.604
Após 2026	-	187.513
Total	173.855	407.165

15. Debêntures (não conversíveis em ações)

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado			
	Saldos em 31/12/2019	Encargos, atualização monetária e Custos	Marcação Mercado da dívida	Saldos em 30/09/2020
Mensuradas ao custo - pós-fixado				
IPCA	271.780	14.930	-	286.710
Gastos com captação	(2.677)	317	-	(2.360)
Marcação a mercado	33.002	-	(4.324)	28.678
Total do custo	302.105	15.247	(4.324)	313.028
Circulante	12.639			23.118
Não circulante	289.466			289.910

	Controladora e Consolidado				
	Saldos em 31/12/2018	Encargos, atualização monetária e custos	Custos apropriados	Marcação mercado da Dívida	Saldos em 31/12/2019
Mensuradas ao custo - pós-fixado					
IPCA	250.041	21.739	-	-	271.780
Gastos com captação	(47)	422	(3.052)	-	(2.677)
Marcação a mercado	586	-	-	32.416	33.002
Total do custo	250.580	22.161	(3.052)	32.416	302.105
Circulante	90				12.639
Não circulante	250.490				289.466

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros
	30/09/2020	31/12/2019						
Debentures 1ª Emissão 1ª Série	86.484	82.022	15/12/2018	75.500 / 75.500	IPCA+4,9238% a.a	dez / 25	Final	5,01%
Debentures 1ª Emissão 2ª Série	59.164	56.025	15/12/2018	51.462 / 51.462	IPCA+5,1410% a.a	dez / 28	Anual após dez/26	5,17%
Debentures 1ª Emissão 3ª Série	141.062	133.733	15/12/2018	123.038 / 123.038	IPCA+4,9761% a.a	dez / 25	Final	5,05%
Custo de captação incorrido na contratação	(2.360)	(2.677)						
Marcação à Mercado de Dívida	28.678	33.002						
Total	313.028	302.105						

Condições de covenants

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, sendo os principais listados abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado	Menor ou igual a: 4,25 em 2020 4,0 em 2021 em diante	Trimestral e Anual

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 30 de setembro de 2020, as exigências contratuais foram cumpridas

Em 30 de setembro de 2020, as debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	Controladora e Consolidado
2025	229.832
2026	20.026
2027	20.026
2028	20.026
Total	289.910

16. Impostos e contribuições sociais

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	-	-	147	201
Imposto de Renda Pessoa Jurídica-IRPJ	-	-	356	1
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	-	-	206	114
Contribuições ao PIS e a COFINS	14	-	51.651	35.320
Encargos Sociais	-	-	1.676	2.095
Imposto sobre serviços - ISS	-	-	440	2.841
Tributos retidos na Fonte (IRRF/PIS/COFINS/CSLL)	-	1	490	500
Total	14	1	54.966	41.072
Circulante	14	1	5.418	5.720
Não circulante	-	-	49.548	35.352

17. Patrimônio líquido

17.1. Capital Social

O capital social é de R\$32.706 (R\$32.656 em 31 de dezembro de 2019), representando 32.706.674 (32.656.674 em 31 de dezembro de 2019) ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país.

Em Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, realizada em 28 de abril de 2020, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia no montante de R\$50, mediante a emissão de 50.000 novas ações ordinárias sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$1,00 por ação, passando o capital social da Companhia de R\$32.656 para R\$32.706. As ações foram integralmente subscritas e integralizadas pela acionista Energisa S/A mediante a capitalização do saldo de adiantamentos para futuro aumento de capital - AFAC da Energisa S/A registrados até 31 de dezembro de 2019.

17.2. Reserva de Capital

	30/09/2020	31/12/2019
Ganho/Perda com investimentos	27.854	27.847
Programa de remuneração variável (ILP) ⁽¹⁾	128	77
Total	27.982	27.924

⁽¹⁾ Implementação do programa de remuneração variável, através de concessão de ações, denominada (Incentivo de Longo Prazo) vide nota explicativa nº 8.

18. Receita operacional-consolidada

Descrição	30/09/2020		30/09/2019	
	01/07/2020 a 30/09/2020	01/01/2020 a 30/09/2020	01/07/2019 a 30/09/2019	01/01/2019 a 30/09/2019
Receita de construção da infraestrutura	65.192	215.632	82.324	151.839
Receita de operação e manutenção	1.678	3.363	-	-
Receita de remuneração do ativo de contrato	59.451	157.843	156.420	287.454
Outras receitas	484	904	-	-
Total de receita operacional bruta	126.805	377.742	238.744	439.293
Deduções da receita operacional				
PIS	940	2.788	4.409	7.292
COFINS	4.335	12.900	17.636	33.363
Programa de Desenvolvimento Energético (P&D)	111	222	-	-
Taxa de fiscalização	53	53	-	-
Dedução da receita	5.439	15.963	22.045	40.655
Receita operacional líquida	121.366	361.779	216.699	398.638

19. Cobertura de seguros

A política de seguros da Companhia baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

As principais coberturas são:

Consolidado				
Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual	
			30/09/2020	31/12/2019
Auto - Frota	23/10/2021	Até 1.110 / veículo	1	2
Vida em Grupo e Acidentes Pessoais (*)	31/01/2021	1.761	6	3
Risco operacional	13/03/2022	50.000	151	-
Responsabilidade Geral	23/11/2020	90.000	25	-
			183	5

(*) Importância Segurada relativa ao mês setembro/2020 e prêmio anualizado.

20. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valor justo dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

		Controladora				
		Nível	30/09/2020		31/12/2019	
			Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativos						
Custo amortizado						
		66	66	58	58	
		66	66	58	58	
Valor justo por meio do resultado						
		85.820	85.820	40.871	40.871	
	2	85.820	85.820	40.871	40.871	
Passivo						
Custo amortizado						
		7	7	-	-	
		487.126	486.067	302.105	301.101	
		487.133	486.074	302.105	301.101	
Valor justo por meio do resultado						
		2.516	2.516	522	522	
	2	2.516	2.516	522	522	

	Nível	Consolidado			
		30/09/2020		31/12/2019	
		Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativos					
Custo amortizado					
Caixa e equivalente de caixa		41.754	41.754	23.067	23.067
Contas a receber		3.500	3.500	-	-
		45.254	45.254	23.067	23.067
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	46.001	46.001	2.595	2.595
Instrumentos financeiros derivativos	2	85.820	85.820	40.871	40.781
		131.821	131.821	43.466	43.376
Passivo					
Custo amortizado					
Fornecedores		33.639	33.639	28.001	28.001
Empréstimos e financiamentos, debêntures e encargos de dívidas		722.484	721.425	433.445	432.441
		756.123	755.064	461.446	460.442
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	2	2.516	2.516	522	522
		2.516	2.516	522	522

Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de *swap* e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação cambial além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

Hedge Accounting

A Companhia efetuou a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo “*swap*” (instrumento de “*hedge*”) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI como “*hedge accounting*”. Em 30 de setembro de 2020 as operações de proteção do tipo “*swap*” (instrumento de “*hedge*”) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI designadas como “*hedge accounting*” assim como as dívidas (objeto do “*hedge*”) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de “*hedge*” de valor justo. Em tais designações de “*hedge*” a Companhia documentou: (i) a relação de “*hedge*”; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o “*hedge*” e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do “*hedge*”.

Os contratos de “*swap*” são designados e efetivos como “*hedge*” de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o período, o “*hedge*” foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como “*hedge*” foi impactado positivamente em R\$4.324 (negativo R\$28.329 em 30 de setembro 2019) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “*swap*” de taxa de juros era reconhecido no resultado do período.

Fair Value Option

A Companhia optou pela designação formal de novas operações de dívidas contratadas no período, para as quais a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo “*swap*” para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (“*Fair Value Option*”) tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra

forma, surgiria. Assim, tanto os “swaps” quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua re-mensuração reconhecidos no resultado da Companhia.

Durante o período, o valor contábil das dívidas designadas como “*Fair Value Option*” foi impactado em R\$2.776 e reconhecido como resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

A Companhia não possuía avaliação de risco de crédito ou instrumento derivativo contratado para esta exposição em 30 de setembro de 2020. Na avaliação da Companhia, a alteração do risco de crédito não tem impacto significativo.

Incertezas

Os valores foram estimados na data das informações trimestrais, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. Assim, fixou limites de atuação com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (revista anualmente e disponível no web site da Companhia) e nos regimentos internos da diretoria.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Diretoria tem como prática reportar mensalmente a *performance* orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Gestão de risco de capital

O índice de endividamento no final do período findo de 30 de setembro de 2020 são como segue:

	Controladora	
	30/09/2020	31/12/2019
Dívida - Empréstimos financiamentos e debêntures	487.126	302.105
Caixa e equivalentes de caixa	(66)	(58)
Dívida líquida	487.060	302.047
Patrimônio líquido	462.858	344.592
Índice de endividamento - líquido	1,05	0,88

	Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019
Dívida - Empréstimos financiamentos e debêntures	722.484	433.445
Caixa e equivalentes de caixa	(41.754)	(23.067)
Dívida líquida	680.730	410.378
Patrimônio líquido	462.858	344.597
Índice de endividamento - líquido	1,47	1,19

a) Risco de liquidez

A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados. Não é esperado que possam ocorrer alterações significativas nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

Controladora							
	Taxa média de juros efetiva ponderada (%)meses	Até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		7	-	-	-	-	7
Empréstimos financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	1,29%	27.422	872	149.044	386.220	62.003	625.561
Instrumentos Financeiros Derivativos		(2.677)	42	(41.171)	12.056	(51.554)	(83.304)
Total		24.752	914	107.873	398.276	10.449	542.264

Consolidado							
	Taxa média de juros efetiva ponderada (%)meses	Até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		33.639	-	-	-	-	33.639
Empréstimos financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	3,48%	31.650	3.068	159.313	448.281	473.452	1.115.764
Instrumentos Financeiros Derivativos		(2.677)	42	(41.171)	12.056	(51.554)	(83.304)
Total		62.612	3.110	118.142	460.337	421.898	1.066.099

O risco de liquidez representa o risco de a Companhia e suas controladas enfrentarem dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia e suas controladas monitoram o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e se antecipando para futuras necessidades de caixa.

b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” do Grupo Energisa. Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração tem a função de supervisionar se a administração do Grupo vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, conforme apresentado abaixo:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Ativos					
Caixa e equivalente de caixa	5.1	66	58	41.754	23.067
Contas a receber	6	-	-	3.500	-
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	-	-	46.001	2.595
Instrumentos financeiros derivativos	21	85.820	40.871	85.820	40.871

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Os empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 15, é composta de financiamentos obtidos junto instituições através de emissões no do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas,

suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as operações de vendas de opções vinculadas aos *swaps* dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o período findo em 30 de setembro de 2020 com alta de 39,94% sobre 31 de dezembro de 2019, cotado a R\$5,6407/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 30 de setembro de 2020 era de 17,28%, enquanto em 31 de dezembro de 2019 foi de 10,37%.

Do montante das dívidas bancárias e de emissões da Companhia e suas controladas no período findo em 30 de setembro de 2020 excluídos os efeitos dos custos a apropriar, montam em R\$727.821 (R\$458.941 em 31 de dezembro de 2019), dos quais R\$174.098 estão representados em dólares conforme nota explicativa nº 15.

As operações que possuem proteção cambial e os respectivos instrumentos financeiros utilizados estão detalhadas abaixo.

O empréstimo em dólar norte americano tem vencimento de longo prazo (vencimento em fevereiro de 2023) e custo máximo de 0,60% ao ano mais *libor*.

No balanço patrimonial de 30 de setembro de 2020 a marcação a mercado e instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar se apresentam conforme segue:

Controladora e consolidado	30/09/2020	31/12/2019
Ativo circulante	5.151	26
Ativo não circulante	80.669	40.845
Passivo Circulante	2.516	522

Não se trata de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de “*hedge*” e não reflete a expectativa da Administração.

A Companhia possui proteção contra variação cambial adversa de 100% dos financiamentos atrelados ao dólar, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. A proteção acima está dividida nos instrumentos descritos a seguir:

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Resolução 4131 - Citibank	31.314	(LIBOR + 0,60%) x 117,65%	CDI + 0,65%	13/02/2023	Fair Value Option

Operação	Notional	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Santander x ETE	75.500	IPCA + 4,92%	104,25% CDI	15/12/2025	Fair Value Hedge
Santander x ETE	51.462	IPCA + 5,14%	105,15% CDI	15/12/2028	Fair Value Hedge
Santander x ETE	123.038	IPCA + 4,98%	104,50% CDI	15/12/2025	Fair Value Hedge

A Companhia designa certos instrumentos de “*hedge*” relacionados a risco com variação cambial e taxa pré-fixada dos empréstimos como “*hedge*” de valor justo (“*fair value hedge*”), conforme demonstrado abaixo:

Fair Value Hedge	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	30/09/2020	31/12/2019		30/09/2020	31/12/2019
Dívida (Objeto de Hedge) *	250.000	250.000		(316.572)	(306.264)
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	316.572	306.264
Swap de Juros (Instrumento de Hedge)	250.000	250.000	Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(272.300)	(265.915)
			Posição Líquida Swap	44.272	40.349
			Posição Líquida Dívida + Swap	(272.300)	(265.915)

(*) Os empréstimos designados formalmente como “Fair Value Hedge” são reconhecidos a valor justo na proporção da parcela efetiva em relação ao risco que está sendo protegido.

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, cujos valores não foram contabilizados como “fair value hedge”:

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	30/09/2020	31/12/2019		30/09/2020	31/12/2019
Dívida designada para “Fair Value Option”	135.000	-	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(174.466)	-
			Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	174.466	-
Swap Cambial (Derivativo)	135.000	-	Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(135.434)	-
			Posição Líquida Swap	39.032	-
			Posição Líquida Dívida + Swap	(135.434)	-

O valor justo dos derivativos contratados em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 15 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia e suas controladas não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como valor justo conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A Marcação a Mercado (MtM) das operações da Companhia e suas controladas foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de *Black & Scholes*, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BM&F.

Análise de Sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial no período findo em 30 de setembro de 2020, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(135.000)		(98.306)	(132.750)	(167.193)
Variação Dívida	-		36.694	2.250	(32.193)
Swap Cambial					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros	174.466		137.772	172.216	206.659
Variação - USD e LIBOR	-		(36.694)	(2.250)	32.193
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros	(135.434)		(135.434)	(135.434)	(135.434)
Subtotal	39.032	Alta Câmbio	2.338	36.782	71.225
Total Líquido	(95.968)		(95.968)	(95.968)	(95.968)

(*) O cenário provável é calculado a partir da expectativa do dólar futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de dólar é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre dólar spot, CDI, cupom cambial e dólar futuro seja sempre válida.

Os derivativos no “Cenário Provável”, calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa pré-fixada brasileira em reais para o período findo em 30 de setembro de 2020, atingem seu objetivo, o que é refletido no valor presente negativo de R\$95.968, que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao dólar, de 25% e 50%, e em função da Companhia não possuir atualmente limitadores, levaria a valor presente negativo de R\$95.968 em ambos os casos.

b) Variação das taxas de juros

Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros de 30 de setembro de 2020, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras intermediárias):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Local - IPCA	(250.000)		(250.000)	(250.000)	(250.000)
Swap de Juros					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros	316.572	Alta CDI	316.572	316.572	316.572
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros	(272.300)		(272.300)	(293.193)	(313.995)
Variação - CDI + TJLP	-		-	(20.893)	(41.695)
Subtotal	44.272		44.272	23.379	2.577
Total Líquido	(205.728)		(205.728)	(226.621)	(247.423)

(*) O cenário provável é calculado a partir da expectativa do dólar futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de dólar é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre dólar spot, CDI, cupom cambial e dólar futuro seja sempre válida.

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 30 de setembro de 2020 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (IPCA = 1,34%) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	87.210	Alta CDI	1.744	2.180	2.616
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(135.434)	Alta CDI	(2.709)	(3.386)	(4.064)
Empréstimos, financiamentos e debêntures.	(553.723)	Alta IPCA	(7.420)	(9.275)	(11.130)
Subtotal (**)	(689.157)		(10.129)	(12.661)	(15.194)
Total - (Perdas)	(601.947)		(8.385)	(10.481)	(12.578)

(*) Considera o CDI de 30 de setembro de 2021 (2,0% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 30 de setembro de 2020 e IPCA 1,34% ao ano.

(**) Não inclui as operações pré-fixadas no valor de R\$38.664.

21. Lucro por ação

	30/09/2020	30/09/2019
Lucro líquido do período	116.658	81.777
Média ponderada em milhares de ações ordinárias	32.690	32.377
Lucro líquido básico e diluído por ação - R\$ (*)	3,57	2,53

(*) No terceiro trimestre de 2020 e de 2019 não existiam diferenças entre o resultado por ação básico e diluído, uma vez que a Companhia não possuía nenhum instrumento com potencial dilutivo.

22. Benefícios pós-emprego - consolidado

a) Plano de suplementação de aposentadoria e pensão

A Companhia é patrocinadora do plano de benefícios previdenciários aos seus empregados. O plano é administrado pela EnergisaPrev, de modalidade de contribuição definida, aberto ao ingresso de novos participantes.

No período findo em 30 de setembro de 2020, as despesas de patrocínio dos planos foram de R\$87 (R\$89 em 30 de setembro de 2019).

b) Plano de saúde

As controladas EGO I e EPA I, mantêm benefício pós emprego e Assistência Médico-Hospitalar para os empregados ativos, aposentados e pensionistas e seus dependentes legais. As contribuições mensais da Companhia correspondem aos prêmios médios calculados pela Seguradora, multiplicado pelo número de vidas seguradas. Esses prêmios são reajustados anualmente, em função da sinistralidade, pela variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização e de outras despesas incidentes sobre a operação do seguro, com o objetivo de manter o equilíbrio técnico-atuarial da apólice. As contribuições arrecadadas dos aposentados, pensionistas e ex-funcionários são reajustadas pela Variação dos Custos Médicos e Hospitalares (VCMH).

No período findo em 30 de setembro de 2020 as despesas com o plano de saúde foram de R\$48 (R\$74 em 30 de setembro de 2019). Inclui R\$3 (R\$4 em 30 de setembro de 2019) referente a cálculo atuarial do plano de benefício pós emprego.

23. Informações adicionais aos fluxos de caixa - consolidado

Em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, as movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa consolidado da Companhia, referentes à combinação de negócios, são como seguem:

	30/09/2020	31/12/2019
Outras transações não caixa		
Remuneração do ativo de contrato da concessão	374.475	281.229
Atividades Operacionais		
Aquisição de infraestrutura fornecedores à prazo	2.161	12.998
Atividades de Investimentos		
Aquisição de infraestrutura em curso à prazo	2.161	12.998
Atividades de Financiamento		
Aumento de capital	1.550	114.036

24. Eventos subsequentes

24.1. Emissão de debêntures - Companhia

Em 15 de Outubro de 2020 a Companhia efetuou a 2ª emissão de debêntures em moeda corrente no montante de R\$140.000 sendo: (i) R\$57.400 referente a 1ª Série com vencimento em 15/10/2027 e remuneração de IPCA mais 4,2297% ao ano; (ii) R\$82.600 referente a 2ª Série com vencimento em 15/10/2030 e remuneração de IPCA mais 4,4744% ao ano, os recursos foram disponibilizados em conta corrente no dia 27/10/2020 e serão destinados ao financiamento dos projetos de investimentos em infraestrutura de distribuição de energia elétrica, de titularidade da emissora.

24.2. Licença de instalação - ETT

Em 18 de outubro de 2020, a controlada Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A, obteve do Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS a Licença de Instalação ("LI"), para a implantação de 2 (duas) linhas de transmissão da ETT: (i) Linha de 230 kV entre os municípios de Dianópolis e Gurupi, com extensão de 256 km, e a (ii) Linha de 230 kV entre os municípios de Dianópolis e Palmas, com extensão de 245 km. A terceira linha é a LT 230 kV entre os municípios de Dianópolis - Barreiras II, em processo de licenciamento federal junto ao IBAMA. Essas 3 (três) linhas fazem parte do empreendimento do lote 04 do Leilão de Transmissão realizado em junho de 2018. Estas duas LI's foram obtidas em 20 meses, após a assinatura do contrato de concessão em março de 2019, e suas respectivas receitas correspondem a 74% da Receita Anual Permitida ("RAP") total do projeto. Esse empreendimento, compreendendo as 3 linhas acima mencionadas e Subestações, localizado em Tocantins e Bahia, representará uma RAP da ordem de R\$ 66 milhões (ciclo 2020-2021), conforme resultado do Leilão e ajuste pelo IPCA. O prazo limite estipulado pela Aneel para energização dessas linhas é março de 2024. Com este licenciamento será dado de imediato a ordem de mobilização para início de construção destas duas linhas junto a empreiteira contratada.

24.3. Energização linha de transmissão na controlada EPA I

Em 02 de novembro de 2020, a controlada EPA I, energizou a linha de transmissão 230kV Xinguara II - Santana do Araguaia, além de concluir a nova subestação 230/138kV 300MVA Santana do Araguaia e a ampliação da subestação Xinguara II. Esse trecho possui 296 quilômetros de linha de transmissão e Receita Anual Permitida (RAP) de R\$ 51.900 milhões para o ciclo 2020-2021. A obra foi concluída em 38 meses após a data de outorga e a operação foi antecipada em 16 meses, frente a data prevista de entrada em operação no contrato de concessão. Os investimentos totalizaram cerca de R\$ 318.000.

A EPA I é um empreendimento que compreende as instalações do lote 26 do leilão ANEEL 05/2016, situado no Pará, e com essa nova operação, segunda dos quatro lotes adquiridos, entre os anos de 2017 e 2018, permitirá a integração ao SIN da cidade de Santana do Araguaia na região Sul do Pará, que atualmente é atendida por geração térmica, além de reforçar a capacidade de fornecimento para o Norte do Estado de Mato Grosso e Oeste do Estado de Tocantins.

----- *

Conselho de Administração

Ivan Müller Botelho
Conselheiro

Ricardo Perez Botelho
Conselheiro

Marcelo Silveira da Rocha
Conselheiro

Diretoria Executiva

Geraldo César Mota
Diretor Presidente

Maurício Perez Botelho
Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores

Gabriel Mussi Moraes
Diretor de Transmissão

Alexandre Nogueira Ferreira
Diretor sem designação específica

Vicente Cortes de Carvalho
Contador
CRC-MG 042523/O-7

Relatório do auditor independente sobre as informações financeiras trimestrais

Aos

Acionistas, Conselheiros e Administradores da Energisa Transmissão de Energia S/A Cataguases - MG

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Energisa Transmissão de Energia S/A (“Companhia”) contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com a NBC TG 21 Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 12 de novembro de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - ZSP 015.199/O-6

Pia Leocádia de Avellar Peralta
Contadora CRC - 1RJ 101.080/O-0